



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**ALERTA SEBIB**

**SEÇÃO DE BIBLIOTECA**

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
1 de 11

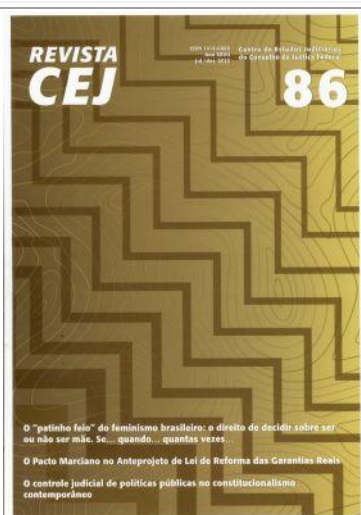
RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

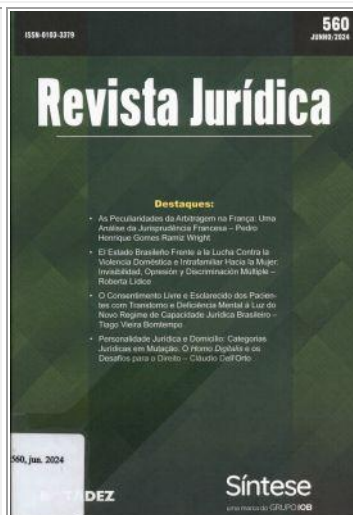
### – LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

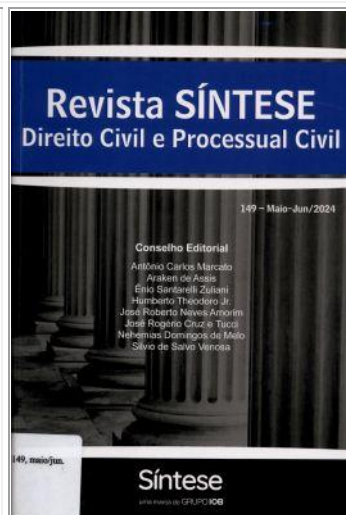
### III- PERIÓDICO



Revista CEJ



Revista Jurídica



Revista Síntese Direito Civil e  
Processual Civil



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
2 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## LEGISLAÇÃO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### Presidência da República

##### [Decreto n. 12.118, de 23 de julho de 2024](#)

Regulamenta o disposto na [Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024](#), que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e altera o [Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021](#), e o [Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021](#).

DOU - Seção 1, p. 1-2, 24/07/2024

##### [Decreto n. 12.119, de 25 de julho de 2024](#)

Revoga dispositivos do [Decreto nº 12.091, de 3 de julho de 2024](#), que institui a Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 26/07/2024

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### Congresso Nacional

#### [Lei n. 14.932, de 23 de julho de 2024](#)

Acrescenta § 5º ao art. 29 da [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#) (Código Florestal), para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural; e revoga o § 1º do art. 17-O da [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), para retirar o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

DOU - Seção 1, p. 1, 24/07/2024

#### [Lei n. 14.933, de 24 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006](#), para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei.

DOU - Seção 1, p. 1, 25/07/2024

#### [Lei n. 14.934, de 25 de julho de 2024](#)

Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 25/07/2024

#### [Lei n. 14.935, de 26 de julho de 2024](#)

Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

DOU - Seção 1, p. 1, 29/07/2024

#### [Lei n. 14.937, de 26 de julho de 2024](#)

Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs [13.483, de 21 de setembro de 2017](#), e [11.076, de 30 de dezembro de 2004](#); e revoga dispositivos das Leis nºs [14.366, de 8 de junho de 2022](#), e [14.440, de 2 de setembro de 2022](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 29/07/2024



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
4 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

### Conselho Nacional de Justiça

#### Presidência

#### [Resolução n. 567, de 2 de julho de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 557/2024](#) (p. 5-7), que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados (as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.  
eDJ-CNJ n. 170, de 30/07/2024, p. 2

### Conselho da Justiça Federal

#### Presidência

#### [Portaria n. 380, de 23 de julho de 2024](#)

Dispõe sobre o funcionamento da Ouvidoria do Conselho da Justiça Federal.  
DOU - Seção 1, p. 160-161 de 30/07/2024

#### [Portaria n. 415, de 29 de julho de 2024](#)

Altera o anexo IV da [Portaria n. 848, de 19 de dezembro de 2023](#), que define a cadeia de valor, o modelo de negócios e a arquitetura de processos de 1º e 2º níveis do Conselho da Justiça Federal.  
Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 29/07/2024



**ALERTA SEBIB**

NÚMERO  
20/2024

**SEÇÃO DE BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
5 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

### Presidência

#### [Ato n.942, de 24 de julho de 2024](#)

Altera, a área de atividade/especialidade do cargo vago de Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária de Goiás, para Analista Judiciário, Área Judiciária.

BDTRF1, 25 de julho de 2024

#### [Portaria n. 807, de 24 de julho de 2024](#)

Altera a Portaria Presi 274 de 15 de julho de 2015, que dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de foro para os procedimentos de prorrogação dos prazos de requisição de servidores e empregados públicos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (seções e subseções judiciárias).

BDTRF1, 25 de julho de 2024

### Presidência e Corregedoria Regional

#### [Resolução Conjunta n. 4, de 17 de julho de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 18, de 3 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a realização de audiência de custódia no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 25 de julho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

NÚMERO  
20/2024

## SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
6 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### III – PERIÓDICOS

#### REVISTA CEJ Nº 86 – JUL.-DEZ./2023

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

**8** O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO  
CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO  
*The judicial control of public policies in contemporary  
constitutionalism*  
Ivan de Mendonça Filho

**16** A DIGNIDADE HUMANA COMO PONDERAÇÃO NA COLISÃO DE  
DIREITOS FUNDAMENTAIS ATINENTES AO ABORTO DE FETO  
ANENCEFÁLICO  
*Human dignity as a balance in the collision of fundamental rights  
related to anencephalic fetus abortion*  
Lorenzo Borges de Pietro  
Martiane Jaques La Flor  
Nicolli Francieli Gross

**27** OS DEVERES FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES SOVIÉTICAS E A  
MONOLATRIA DO DIREITO COMO OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO  
*Fundamental duties in the Soviet constitutions and the monolatry of  
law as an epistemological obstacle*  
Esdras Boccato

#### DIREITOS HUMANOS

**37** O “PATINHO FEIO” DO FEMINISMO BRASILEIRO: o direito de decidir  
sobre ser ou não ser mãe. se... quando... quantas vezes...  
*The “ugly duckling” of Brazilian feminism: the right to decide about  
being or not being a mother. If... when... how many times...*  
Sílvia Pimentel  
Maria Almeida Mendes de Oliveira

#### DIREITO CIVIL

**56** O PACTO MARCIANO NO ANTEPROJETO DE LEI DE REFORMA  
DAS GARANTIAS REAIS  
*The Marciano Adjustment in preliminary project for the real estate  
securities system’s reformulation*  
Edgard Audomar Marx Neto  
Arthur Bittar Rodrigues Nunes

**65** A DECLARAÇÃO DE VONTADE NA PERSPECTIVA  
DO DIREITO CIVIL ALEMÃO  
*The declaration of will from the perspective of German Civil Law*  
Leonardo Estevam de Assis Zanini



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

NÚMERO  
20/2024

## SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
7 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

- 76** DIREITO CIVIL COMPARADO EM PERSPECTIVA: estudo sobre a responsabilização hospitalar no Brasil e em Portugal  
*Comparative Civil Law in perspective: study on hospital liability in Brazil and Portugal*  
Natalie Maria de Oliveira de Almeida  
Lilianne Maria Furtado Saraiva  
Katherine Duarte Guimarães
- DIREITO DO CONSUMIDOR **84** SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: análise da autocomposição na repactuação de dívidas à luz da terceira onda renovatória de acesso à justiça  
*Consumer over-indebtedness: analysis of self-settlement in debt renegotiation in light of the third renewing wave of access to justice*  
Isadora Silveira Boeri
- DIREITO DA CONCORRÊNCIA **92** SOLUÇÕES CONSENSUAIS COMO APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA JURÍDICA NAS RELAÇÕES ENTRE AS AUTORIDADES REGULADORAS E ANTITRUSTE NOS MERCADOS SETORIAIS  
*Consensus solutions as an improvement in legal certainty in relations between regulatory and antitrust authorities in sectoral markets*  
Paulo André Espírito Santo
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL **107** O PÊNDULO DA VERDADE NO DIREITO PROBATÓRIO  
*The pendulum of truth in evidential law*  
Cássio Benvenuti de Castro
- 118** CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA PELO JUIZ-GESTOR NA CONDUÇÃO DE LITÍGIOS ESTRUTURAIS  
*Considerations on the exercise of leadership by the judge-manager in the handling of structural injunctions*  
Fabrício de Lima Borges
- 124** (RE)PENSANDO O PROCEDIMENTO E AS PRÁTICAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO  
*(Re)thinking the procedure and practices of the Special Federal Civil Courts from the perspective of the democratic process*  
Elise Avesque Frota  
Carlos Marden Cabral Coutinho
- DIREITO TRIBUTÁRIO **133** POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS DE USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SUPERAÇÃO DA CRISE DO CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO  
*Strategic possibilities of using artificial intelligence to overcome the Brazilian tax litigation crisis*  
Manoel Tavares de Menezes Netto
- DIREITO DOS ANIMAIS **139** A PERMISSÃO DO MAL FAZ PARTE DA MALDADE: estudo de caso do Agravo de Instrumento (AI) n. 2201108-22.2018.8.26.0000 do Tribunal de Justiça de São Paulo  
*The permission of evil is part of evilness: a case study of the Interlocutory Appeal (IA) N. 2201108-22.2018.8.26.0000 of the Court of Justice of São Paulo*  
Valine Castaldelli Silva  
Alexandre Ribas de Paulo



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
8 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

#### SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 145** OS TRIBUNAIS TÊM ESTRUTURAS PARA GERENCIAR RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO? Um estudo à luz das três linhas  
*Does the courts have structures to manage information security risks? A study considering the three lines*  
Renato Solimar Alves  
Carlos Eduardo Mancini Queiroz  
Rafael Rabelo Nunes

#### PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

- 161** SALVAGUARDA AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: o Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais e a preservação de memórias  
*Safeguarding documental heritage: the memory center of the Federal Justice of Minas Gerais and the preservation of memories*  
Hellen Tauana Silva Batista

#### INDICAÇÕES LITERÁRIAS

- 171** MEDIAÇÃO NAS CORTES SUPERIORES: da teoria à prática  
*Por Paulo de Tarso Vieira Sanserverino*
- 172** PROCESSO TRIBUTÁRIO: administrativo e judicial  
*Por Assusete Magalhães*
- 173** O EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DISCRICIONÁRIO: uma visão sobre limites e possibilidades do ato administrativo  
*Por Fernanda Duarte*





JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
9 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## REVISTA JURÍDICA Nº 560 – JUN./2024

### Doutrinas

#### CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

1. Personalidade Jurídica e Domicílio: Categorias Jurídicas em Mutação. O *Homo Digitalis* e os Desafios para o Direito  
Cláudio Dell'Orto ..... 9
2. O Consentimento Livre e Esclarecido dos Pacientes com Transtorno e Deficiência Mental à Luz do Novo Regime de Capacidade Jurídica Brasileiro  
Tiago Vieira Bomtempo ..... 25
3. As Peculiaridades da Arbitragem na França: Uma Análise da Jurisprudência Francesa  
Pedro Henrique Gomes Ramiz Wright..... 53

#### PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. El Estado Brasileño Frente a la Lucha Contra la Violencia Doméstica e Intrafamiliar Hacia la Mujer: Invisibilidad, Opresión y Discriminación Múltiple  
Roberta Lídice ..... 73



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
10 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## REVISTA SÍNTESE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 149 – MAIO-JUN./2024

### Assunto Especial

#### IMPENHORABILIDADE – QUESTÕES CONTROVERTIDAS

##### DOCTRINA

1. Questões Controvertidas sobre a Impenhorabilidade e o Entendimento do Superior Tribunal de Justiça  
Marcos Paulo Pereira Gomes .....9

### Parte Geral

##### DOCTRINAS

1. A Proposta Regulatória da União Europeia para a Inteligência Artificial – A Versão Negociada entre o Parlamento e o Conselho  
Demócrito Reinaldo Filho .....45
2. Os Limites de Produção de Prova pelo Juízo  
José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos .....53
3. O Silêncio (Falado, Eloquente, Qualificado) e Sua Implicação e Vinculação para os Negócios Jurídicos e os Contratos  
Felipe Cunha de Almeida .....66
4. Notas sobre a Usucapião Extrajudicial  
Cássio Monteiro Rodrigues .....79
5. A Comprovação da Regularidade Fiscal da Empresa para a Concessão da Recuperação Judicial: Análise Legislativa e Jurisprudencial até a Lei nº 14.112/2020 e Perspectivas após o REsp 2.053.240/SP  
Ana Cristina Reolon e Gustavo Lorenset Benedetti .....99
6. Do Prazo Decadencial do Inquérito Civil Público de Dois Anos e 30 Dias para Conclusão e Propositura da Ação de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público  
Mauro Roberto Gomes de Mattos .....122
7. Breves Considerações sobre o Projeto de Lei nº 03/2024  
Carlos Roberto Claro .....138



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
20/2024

PÁGINA Nº  
11 de 11

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

#### Seção Especial

##### ESTUDOS JURÍDICOS

1. Contrato de Franquia – Os Limites de Intervenção da Franqueadora  
Sob a Operação da Franquia  
Guilherme Stefano do Nascimento.....214